

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.528 - MG (2019/0292703-3)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : CLAUDIO LUIZ TESTON JUNIOR (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, em favor de CLAUDIO LUIZ TESTON JUNIOR, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que denegou o *writ* de origem por acórdão assim ementado (fl. 98):

HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS – CONVERSÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE EM PREVENTIVA EX OFFICIO – POSSIBILIDADE – PACIENTE PRIMÁRIO - PRESENÇA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA – ORDEM DENEGADA - Quando da apresentação do auto de prisão em flagrante, o juiz poderá determinar a conversão da prisão à modalidade preventiva, sendo prescindível a representação do Parquet ou da Autoridade Policial requisitando a aplicação dessa medida, conforme se extrai do art. 310, II do CPP.

- A prisão preventiva somente terá lugar quando estiver orientada, única e exclusivamente à salvaguarda dos interesses da jurisdição criminal, isto é, à proteção do eficaz exercício do poder punitivo estatal, quando este estiver ameaçado pelo estado de liberdade do cidadão (*periculum libertatis*), aliado à presença do *fumus comissi delicti*.

- Entende-se por garantia da ordem pública o risco considerável de reiteração de ações delituosas por parte do agente caso permaneça em liberdade, guardando relação com sua periculosidade.

- A primariedade e os bons antecedentes do agente não impedem a decretação da prisão preventiva com fundamento na ordem pública caso existam outros indícios que demonstrem sua dedicação à atividade criminosa, comprovando sua periculosidade in concreto.

- Não é possível antecipar a provável colocação do paciente em regime aberto ou substituição da pena de prisão por restritiva de direitos em caso de futura condenação com fim de se entender pela desproporcionalidade da medida cautelar aplicada.

- Ordem denegada.

O recorrente foi preso em flagrante em 27/7/2019 como incurso no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/2006. A prisão foi convertida em preventiva em 30/7/2019 (fls. 37/40).

Em síntese, o recorrente alega ausência de fundamentação concreta para o indeferimento de medidas cautelares diversas da prisão. Aponta a existência de condições pessoais favoráveis e a desproporcionalidade da

Superior Tribunal de Justiça

prisão, pois seria medida mais grave do que a pena a ser aplicada em caso de condenação. Requer a substituição da custódia por cautelares diversas.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em recurso em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão de prisão preventiva restou assim fundamentada (fl. 39):

Igualmente, restou demonstrada a circunstância autorizadora da prisão preventiva, prevista no artigo 312 do Código de Processo Penal, ou seja, a garantia da ordem pública merece ser acautelada, uma vez que, conforme FAC situada às fls. 09/13, o, **autuado possui diversos registros pela suposta prática do crime de tráfico de drogas, o que aponta que o indiciado mantém seu ímpeto delitivo em total desafio ao ordenamento jurídico e a paz social.**

Desta sorte, indene de dúvidas que a prisão preventiva é a medida que se impõe, como forma de garantir a ordem pública.

Lado outro, tenho que, no caso em testilha, revelam-se inadequadas e insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão.

Como se vê, consta do decreto prisional fundamentação idônea evidenciada na reiteração delitiva, destacando que o autuado *possui diversos registros pela suposta prática do crime de tráfico de drogas*.

Este Tribunal tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

No tocante à desproporcionalidade da prisão preventiva, esta questão somente poderá ser aferida após a sentença, não cabendo, na via eleita, a antecipação da análise quanto a possibilidade de cumprimento de pena em regime menos gravoso que o fechado. A esse respeito: AgRg no RHC 77.138/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 02/02/2017, DJe 10/02/2017 e HC 360.342/SP, Rel.

Superior Tribunal de Justiça

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 12/09/2016.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações, em especial, sobre a senha processual, se houver, o andamento da respectiva ação penal e a atual situação prisional do recorrente.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator